



portalbenews.com.br

**OPINIÃO** Celso Peel e Pedro Calmon Neto falam sobre a Convenção nº 185 da OIT e sua aplicação ao trabalho dos tripulantes estrangeiros ▶ **p8**

**HUB** Concessionária EcoNoroste assume a operação da maior parte das estradas do Lote Noroste em São Paulo ▶ **p3**

Isabela Carrari/Prefeitura de Santos



## Santos recebe armazéns da União e promete revitalização para 2024

Cerimônia de cessão da área da Autoridade Portuária para a Prefeitura teve a presença do ministro de Portos, que também mira a mudança de local do terminal de passageiros ▶ **p6 e p7**

**Porto de Itaguaí aposta em maior eficiência com novos calados operacionais de 18,3 m**

▶ **p4**



Divulgação

**MAIO AMARELO** Ministério dos Transportes lança campanha para um trânsito mais seguro ▶ **p3**

**INOVAÇÃO** Live do Conselho Brasil Tech Export debate tecnologia no setor portuário e hubs de sucesso ▶ **p4**

**ZONA FRANCA** Argentina, Colômbia e EUA são principais destinos das motos produzidas em Manaus ▶ **p7**

## EDITORIAL

# Campanha pela vida

O trânsito é uma das áreas em que a vida humana está mais vulnerável. A imprudência, a falta de responsabilidade e a falta de respeito pelas leis de trânsito são alguns dos fatores que contribuem para o aumento do número de mortes nas estradas e ruas do nosso país. Felizmente, iniciativas como a campanha Maio Amarelo, lançada pelo Ministério dos Transportes, são fundamentais para chamar a atenção da sociedade e das autoridades sobre a importância da preservação da vida no trânsito.

A campanha Maio Amarelo é uma excelente iniciativa que tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância de um trânsito mais seguro e responsável. É importante destacar que as ações promovidas pelo Ministério dos Transportes não são suficientes para reduzir o número de mortes no trânsito. É preciso que todos os segmentos da sociedade se unam e trabalhem juntos para mudar essa realidade.

As autoridades, por sua vez, devem investir em fiscalização e em medidas preventivas para coibir a imprudência no trânsito. É fundamental que as leis de trânsito sejam mais rigorosas e que as penalidades para quem as desrespeita sejam mais severas.

Além disso, é necessário que sejam feitos investimentos em sinalização, iluminação e infraestrutura, de forma a garantir que as estradas e ruas estejam em condições adequadas de tráfego.

Porém, a responsabilidade não é apenas das autoridades. Cada cidadão deve fazer a sua parte para garantir um trânsito mais seguro. Isso significa respeitar as leis de trânsito, usar o cinto de segurança, não dirigir sob efeito de álcool ou drogas, não usar o celular enquanto dirige, entre outras atitudes responsáveis.

Em resumo, é necessário que haja uma união de esforços para reduzir as mortes no trânsito. A campanha Maio Amarelo é uma excelente iniciativa que deve ser apoiada pela sociedade e pelas autoridades. No entanto, é preciso que todos façam a sua parte para mudar essa realidade. A preservação da vida no trânsito é uma responsabilidade de todos nós.

## NESTA EDIÇÃO



### ▲ MANCHETE

- 6 Prefeitura promete Parque Valongo para julho do ano que vem

### HUB

- 3 EcoNoroeste assumiu a operação da maior parte das estradas do Lote Noroeste

### NACIONAL

- 3 Ministério dos Transportes lança campanha para um trânsito mais seguro

Conta de luz continuará sem cobranças adicionais no mês de maio

- 4 Live debate tecnologia no setor portuário e exemplos de hubs no mundo

### REGIÃO SUDESTE

- 4 Itaguaí aposta em maior eficiência com novos calados operacionais de 18,3 m

- 5 Falha de abastecimento causa vazamento de combustível no Porto de Santos

- 5 Veleiro The Maiden Factor chega ao Porto de Santos

- 7 Mudança de local do terminal de passageiros é a próxima meta do governo em Santos

### REGIÃO NORTE

- 7 Argentina, Colômbia e EUA são principais destinos das motos produzidas em Manaus

### OPINIÃO

- 8 "Considerações sobre a Convenção nº 185 da Organização Internacional do Trabalho e sua aplicação ao trabalho dos tripulantes estrangeiros", por Celso Peel e Pedro Calmon Neto

portalbenews.com.br



**Sede**  
Alameda Campinas, 802, 6º andar,  
São Paulo, São Paulo  
01404-200, BR

**Sucursal Brasília**  
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110  
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul  
Brasília, Distrito Federal  
70340-000, BR

**Sucursal Santos**  
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11  
Santos, São Paulo  
11013-919, BR

**Diretor-presidente**  
Fabrício Julião

**Diretor-superintendente**  
Marcio Delfim

**Diretora Administrativo-financeira**  
Jacyara Lima

**Diretor de Redação**  
Leopoldo Figueiredo

**Editor**  
Alexandre Fernandes

**Equipe de reportagem**  
Cássio Lyra, Janaína Paiva, Marília Sena e Vanessa Pimentel

**Diretora de Arte**  
Mônica Petroni Mathias

**Assistente de Arte**  
Paulo José Ribeiro

## FALE COM A GENTE

### ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para [atendimento@portalbenews.com.br](mailto:atendimento@portalbenews.com.br)

### INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em [www.portalbenews.com.br](http://www.portalbenews.com.br)

### PUBLICIDADE

Maurício Almeida | (11) 99554-4282  
[mauricio.almeida@portalbenews.com.br](mailto:mauricio.almeida@portalbenews.com.br)

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655  
[megwallau@portalbenews.com.br](mailto:megwallau@portalbenews.com.br)



LEOPOLDO FIGUEIREDO  
E COLABORADORES  
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

#### Rodovias 1

A EcoNoroeste, controlada pela concessionária rodoviária Ecorodovias, assumiu a operação da maior parte das estradas do Lote Noroeste, no interior de São Paulo, na última segunda-feira, dia 1. Ela substituiu a concessionária AB Triângulo do Sol. Essa parte do lote, com 442,2 quilômetros e mais um trecho adicional de 0,6 quilômetro, é responsável por 80% da receita de pedágio previsto para todo o bloco. O restante dessa malha, com 158,2 quilômetros, ainda é administrado pela Tebe, cujo contrato segue até março de 2025. Somente então, a Econoroeste assumirá essa parte.

#### Rodovias 2

Durante os 30 anos da concessão do lote, a EcoNoroeste pretende implantar um programa de carbono zero e, ainda, o sistema free-flow, eliminando as praças de pedágio e melhorando a fluidez do tráfego.

#### Nova direção

Ex-CEO da EDP Brasil, Miguel Setas assumiu a presidência do Grupo CCR, um dos principais concessionários de infraestrutura, especialmente do setor de transportes, no Brasil. Nesses primeiros dias, ele visitou as linhas 8 e 9 dos trens da ViaMobilidade (que tem a CCR como principal acionista) em São Paulo, que considera dois dos principais gargalos da empresa.

#### Transição 1

Após 11 anos como presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), o executivo Eduardo Sanovicz deixou o cargo ontem, dia 2. Ele assume a presidência executiva do conselho deliberativo da entidade. À frente da Abear, fica a especialista em Turismo Jurema Monteiro, que até então respondia pela Diretoria de Relações Institucionais. Segundo Sanovicz, essa transição vem sendo preparada há dois anos e sua conclusão foi aprovada recentemente por unanimidade no conselho.

#### Transição 2

Eduardo Sanovicz lembra que, “quando fundamos a Abear, em 2012, e assumi a presidência a convite das empresas aéreas, a aviação vivia seu grande momento. Desenhamos a associação quando a aviação estava no sétimo para o oitavo ano de uma década gloriosa, de 2003 a meados de 2015, na qual mais que triplicamos o número de passageiros, de 30 milhões para 100 milhões, e a tarifa média caiu pela metade. Esse cenário mudou a partir de 2017, com a disparada dos custos do querosene e a queda do poder aquisitivo da população, associada à perda da capacidade de investimento das empresas. Para a próxima década, estes são os desafios que se apresentam ao setor”.

# Ministério dos Transportes lança campanha para um trânsito mais seguro

Técnicos do Senatran irão visitar as cinco regiões do Brasil para difundir a conscientização nos motoristas, começando pelo Paraná



Agência Brasil

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o terceiro país com maior número de mortes no trânsito, atrás da Índia e da China

MARÍLIA SENA  
marilia@portalbenews.com.br

A Secretária Nacional de Trânsito, do Ministério dos Transportes, lançou ontem (2) a campanha Maio Amarelo para reforçar um trânsito mais seguro no Brasil. Para o secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, a segurança das vias é uma pauta prioritária para a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) do

Ministério dos Transportes e para o Governo Federal.

“Precisamos incentivar as boas práticas no trânsito. Sabemos que os acidentes causam muito prejuízo, por isso trabalharemos incessantemente para garantir uma mobilidade segura e eficiente”, destacou o secretário.

Os membros da Senatran irão visitar as cinco regiões do Brasil para difundir a conscientização nos motoristas, começando pelo Paraná. Para homenagear os 10 anos da campanha, o Ministério vai lançar um selo comemorativo nos Correios

representando a oficialização da ação.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o terceiro país com maior número de mortes no trânsito, atrás da Índia e da China. Os acidentes de trânsito são a oitava causa de óbito no país. Um relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) também mostrou que o Brasil não está conseguindo cumprir com as metas de redução de acidentes de trânsito.

A ação para diminuir os índices de morte tem o apoio

do Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e o Sistema Sest/Senat. A cerimônia de ontem em Brasília reuniu diversas autoridades do setor de infraestrutura. Entre os presentes estavam o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Luciano Lourenço; o presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Vander Costa e o diretor-geral substituto do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Fabrício Galvão.

## Conta de luz continuará sem cobranças adicionais no mês de maio

MARÍLIA SENA  
marilia@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), informou, nesta terça-feira (2), que a bandeira tarifária para o mês de maio será a verde. O cenário sem adicional nas contas de energia elétrica

dos consumidores permanece sem alterações desde abril de 2022.

Segundo a Aneel, é bastante provável que o acionamento da bandeira verde permaneça para todo o ano de 2023. O cenário reflete a melhoria dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, beneficiados pelo período das chuvas.

O nível de armazenamento dos reservatórios atingiu 87% em média no início do período

seco, razão do atual cenário favorável. O mecanismo das bandeiras tarifárias foi criado em 2015 com o objetivo de propiciar transparência ao custo real da energia.

Ao criar o sistema das bandeiras tarifárias, especialistas apontaram que o sistema dá transparência ao custo real da energia permitindo que o consumidor se programe e tenha um consumo de energia mais consciente.

O NÍVEL DE  
ARMAZENAMENTO  
DOS RESERVATÓRIOS  
ATINGIU 87%  
EM MÉDIA  
NO INÍCIO DO  
PERÍODO SECO,  
RAZÃO DO  
ATUAL CENÁRIO  
FAVORÁVEL

## NACIONAL



# Live debate tecnologia no setor portuário e exemplos de hubs no mundo

Encontro foi promovido pelo Conselho Tech do Brasil Export com base na Missão Portuária – Brasil Export 2023

CÁSSIO LYRA  
redacao@portalbenews.com.br

O Conselho Brasil Tech Export do Brasil Export promoveu ontem (2) uma live internacional em que teve como objetivo mostrar e detalhar exemplos práticos da implantação de uma tecnologia de ponta no trabalho diário do setor portuário. O exemplo usado foi o hub do Porto de Barcelona, uma empresa de OCR e a tecnologia criada que é utilizada no Porto de Leixões.

Miquel de La Mano, diretor técnico da Fundação BCN de Inovação do Porto de Barcelona, fez uma apresentação sobre a dinâmica do hub do complexo portuário espanhol. As empresas do setor portuário levam problemas para o hub, que vai atrás de ideias de universidades locais e startups que apresentem soluções.

As startups mais promissoras acabam sendo puxadas e



Reprodução/YouTube/BE News

A ideia da realização da live se baseou na Missão Portuária – Brasil Export 2023, que esteve em Singapura na última semana visitando feiras, empresas e hubs

integradas para dentro do hub, onde é desenvolvida a solução sob medida pela encomenda das empresas.

Uma dessas startups selecionadas foi a Allread, empresa que realiza a leitura de OCR (Optical Character Recognition, processo tecnológico que converte uma imagem de texto em um formato de texto legível por máquina).

“Eles usam imagens de câmeras com muito mais precisão porque usa inteligência artificial. Então o técnico mostrou como a solução funciona, o seu

aprendizado, o treinamento que é feito para essa tecnologia ser usada. Ele fez um detalhamento técnico mostrando como a solução consegue ser tão precisa”, disse Angelino Caputo, diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) e presidente do Conselho do Brasil Tech Export, que foi o moderador da live.

Durante a live, foram citados diversos portos em que este tipo de tecnologia visual é usada, mas em específico no Porto de Leixões, em Portugal,

através da apresentação de Hugo Bastos, diretor da Direção de Sistemas de Informação.

“Quando a gente faz uma live internacional, a ideia é comparar o que se faz em outros países com o que se faz no Brasil, e assim tirar uma experiência proveitosa. Nesse sentido, a live foi muito interessante e bem proveitosa”, disse Caputo.

## Missão em Singapura

A ideia da realização da live se baseou na Missão Portuária – Brasil Export 2023, que esteve

em Singapura na última semana visitando feiras, empresas e hubs de sucesso. Para Angelino Caputo, a experiência deixou evidente como o Brasil ficou para trás.

“Tudo isso que vimos mostra que o Brasil está bem atrasado nessa questão de hub de inovação para o setor portuário. Já vimos exemplos de sucesso em Valência (na Espanha), agora em Barcelona, Roterdã (Holanda) na nossa última missão em Singapura. Todo mundo está criando essa estrutura e aqui no Brasil temos totais condições. Temos de tentar fazer alguma coisa o mais rápido possível, se não a gente perde oportunidades de ser competitivo porque não traz inovação rápida”, analisou.

A live de ontem está disponível no canal do Portal BE News no Youtube ([www.youtube.com/portalbenews](http://www.youtube.com/portalbenews)).

## REGIÃO SUDESTE

## Itaguaí aposta em maior eficiência com novos calados operacionais de 18,3 m

Segundo a Autoridade Portuária, novos parâmetros entraram em vigor a partir de 10 de abril

CÁSSIO LYRA  
redacao@portalbenews.com.br

O Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, passou a ter novos calados operacionais, que passaram de 17,8 metros para 18,3 metros no Canal Principal e no Canal da Ilha das Cabras, conforme informou a PortosRio, Autoridade Portuária gestora do terminal. O navio graneleiro Golden Amreen, que operou no Porto Sudeste no último dia 19 de abril, foi o primeiro a utilizar esses novos calados máximos do Porto de Itaguaí.

Julia Crisóstomo, gerente de Acesso Aquaviário do Porto de Itaguaí, informou que a ampliação dos calados operacionais foi autorizada pela Capitania dos Portos do Rio de Janeiro. Os novos parâmetros entraram em vigor a partir de 10 de abril, com a publicação da por-



Divulgação/PortosRio

O ganho de calado no porto foi possível após as obras de corte de rocha e de dragagem de manutenção, concluídas no ano passado

taria da Autoridade Marítima, que alterou a tabela de calados dos canais e bacias do complexo portuário.

“O ganho de calado no porto foi possível após as obras de

corte de rocha e de dragagem de manutenção, que foram concluídas no ano passado”, explicou Julia.

Para Alexandre Neves, superintendente de Gestão Por-

tuária de Itaguaí e Angra dos Reis, os novos calados operacionais proporcionam melhores condições de segurança à navegação e aumentam a eficiência operacional.

“Os projetos da Autoridade Portuária visando à melhoria da infraestrutura aquaviária permitem elevar o nível de competitividade para as atividades do Complexo Portuário da Baía de Sepetiba, que engloba Itaguaí e os terminais privados”, enfatizou Neves.

A profundidade máxima do Canal Principal do Porto de Itaguaí chega a 20 metros, mas o limite do calado operacional é de 18,3 metros. Calado trata-se da altura da parte do casco do navio que fica submersa, medida entre a quilha e a linha d'água.

O calado operacional é um limite máximo estabelecido para a segurança da navegação nos diversos trechos dos canais de acesso, bacias de evolução e cais acostáveis, no intuito de impedir que as embarcações encostem o fundo do casco no leito, mantendo uma distância segura.

## REGIÃO SUDESTE

# Falha de abastecimento causa vazamento de combustível no Porto de Santos

Cerca de 200 litros de óleo bunker derramaram durante operação em embarcação atracada na margem direita

Reprodução/Redes sociais

CÁSSIO LYRA  
redacao@portalbenews.com.br

Uma falha durante uma operação de abastecimento de um navio causou um vazamento de combustível (bunker) no Porto de Santos na segunda-feira (1º). De acordo com informações da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a estimativa é de que foram derramados aproximadamente 200 litros do produto. A Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), Autoridade Portuária de Santos (APS) e o Ibama analisam os danos causados e possíveis responsáveis.

A Cetesb informou que equipes souberam da ocorrência através do setor de Atendimento a Emergências e da Agência Ambiental de Santos. Segundo a companhia, o incidente foi registrado no terminal da Copersucar.

A Autoridade Portuária de Santos informou que o vazamento ocorreu durante operação de abastecimento do navio Pride, que estava atracado no cais dos armazéns 20/21, no Paquetá, na margem direita do Porto de Santos.

Após o registro do derramamento do óleo combustível, ainda segundo a APS, a empresa responsável pelo abastecimento providenciou o reforço da contenção por meio da colo-



A embarcação estava atracada no cais, onde estava sendo feita uma operação de embarque de açúcar, que prontamente foi suspensa em razão do vazamento

cação de cercos preventivos e barreiras absorventes.

A embarcação estava atracada no cais, onde estava sendo feita uma operação de embarque de açúcar, que prontamente foi suspensa em razão do vazamento.

"A APS e Cetesb realizaram vistoria embarcada ao longo do estuário. Até o momento, não foram verificadas anormalidades fora das proximidades da área de ocorrência. No local, grande parte do óleo já foi removido e está sendo realizada a

limpeza do navio", disse a Autoridade Portuária, em nota divulgada ontem (2).

Técnicos da Cetesb e da APS seguem em vistoria pelo local para eventuais trabalhos de contenção e avaliação geral da situação.

Em nota emitida na noite de ontem, a Cetesb informou que a quantidade vazada que atingiu o mar não foi estimada. Porém, segundo os técnicos que realizaram duas vistorias em embarcações percorrendo o estuário até as praias e em

torno do navio, se verificaram apenas pequenas manchas de óleo.

Ainda segundo a companhia, os resíduos do óleo vazado e recolhido, com uso de barreiras de contenção, bombas de sucção e mantas absorventes, serão encaminhados para locais adequados, com orientação e acompanhamento da Agência Ambiental Paulista.

A Marinha, através da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo, informou que enviou uma equipe de peritos até o

local para verificação dos fatos que geraram o incidente. A força naval abriu um inquérito administrativo para apurar as causas e possíveis responsáveis pelo vazamento.

Além da Cetesb, equipes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estiveram no local para avaliação do derramamento. A maior parte do combustível já foi recolhida, segundo o Ibama.

Durante o dia de ontem, a embarcação seguia com sua operação paralisada e passava por limpeza do casco. O Ibama afirmou que o navio aguardava a possibilidade de liberação para poder continuar a operação de embarque.

No final da noite de ontem, as autoridades responsáveis liberaram a continuidade das operações no navio. Segundo a APS, todo o resíduo gerado será destinado pelas empresas de atendimento a emergências. O agente marítimo foi autuado para efetivar a limpeza da murada do cais e das defensas após a destracção da embarcação.

A Copersucar, em nota, esclareceu que a responsabilidade pela contingência é exclusiva da empresa que faz o abastecimento da embarcação e do armador, não tendo qualquer relação direta com o ocorrido, não sendo para qualquer efeito parte contratante ou contratada nessa operação de recarga de combustível, que acontece em área pública.

## Veleiro The Maiden Factor chega ao Porto de Santos

DPW Santos/Divulgação



Veleiro The Maiden Factor percorreu parte do canal do Porto de Santos até chegar no late Clube de Santos

Embarcação é tripulada apenas por mulheres, cada uma com uma nacionalidade

Com a missão de promover a proteção dos oceanos e, principalmente, a educação de meninas com pouco ou nenhum acesso a recursos básicos, o veleiro oceânico The Maiden Factor chegou ao Porto de Santos (SP) nessa terça-feira, dia 2. Tripulado apenas por mulheres, ele percorreu parte do canal de navegação, antes de atracar no late Clube de Santos, em Guarujá (SP), onde permanecerá até dia 10. Ele vem ao Brasil após uma viagem de 21 dias e 340 milhas náuticas, iniciada na Cidade do Cabo, na África do Sul. Sua jornada é patrocinada pelo Grupo DP World.



## REGIÃO SUDESTE

# Prefeitura promete Parque Valongo para julho do ano que vem

Prefeito anunciou prazo durante cerimônia de assinatura do contrato de cessão de uso gratuito da área dos armazéns 4 e 6

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

Em julho do ano que vem, quem for ao Centro Histórico de Santos (SP), mais especificamente na região da Alfândega, verá um novo espaço, totalmente revitalizado. É o que prometeu o prefeito da cidade, Rogério Santos ontem (2), ao receber da Autoridade Portuária de Santos (APS) a cessão do armazém 4 e de uma área que, no passado, abrigou os armazéns 5 e 6. A solenidade ocorreu na sede da Associação Comercial de Santos.

Agora, a Administração Municipal tem à disposição 14 mil m<sup>2</sup> para implementar o projeto Parque Valongo, que visa transformar a área entre os armazéns 4 e 6, entre as ruas da Constituição e Riachuelo, no Centro, em um espaço de lazer e convivência. Os armazéns 7 e 8 também integram a ideia, mas se mantêm geridos pela Autoridade Portuária, que é a responsável pela modernização do espaço.

Na prática, o armazém 4 será restaurado e explorado pelo segmento gastronômico e o terreno dos antigos armazéns 5 e 6 será integrado a este novo empreendimento, abrigando a área aberta do projeto, que ganhará um pier de observação, jardins, novo mobiliário e iluminação, playground, entre outras modificações.

Já os armazéns 7 e 8 serão reformados e passarão a oferecer atividades educacionais e tecnológicas em parceria com universidades. Inclusive, o ministro de Portos e Aeroportos,



Isabela Carrari/Prefeitura de Santos

Inicialmente, o novo horário estava previsto para ser implantado em 1º de abril, mas a pedido dos sindicatos, ele foi prolongado até maio

Márcio França, que participou da cerimônia, “desafiou” a APS a entregar, também em julho de 2024, a revitalização dos galpões, o que completaria a proposta do novo parque. “O desafio da Autoridade Portuária é que, em julho, quando a prefeitura entregar a parte dela, ela entregue os galpões também”, declarou França.

O projeto do Parque Valongo é fruto do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em março entre o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) e a Autoridade Portuária (APS), com participação da Prefeitura, a convite do

MP como forma de compensação pela atividade portuária no conjunto que está sob proteção ao patrimônio histórico cultural.

Já os recursos serão divididos: R\$ 15 milhões virão de uma empresa portuária multinacional que, segundo o prefeito, só terá o nome revelado em um prazo de 15 dias, quando deve acontecer também a assinatura para a liberação da verba; e R\$20 milhões serão repassados pelo Governo Federal, informou o ministro.

A próxima etapa do projeto é a realização de uma audiência pública para ouvir os anseios e as sugestões da população

e entidades que queiram participar do processo. O secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, Glaucus Farinello, afirmou que a reunião de ampla discussão será marcada para este mês e deve ser realizada na Associação dos Engenheiros e Arquitetos do município.

“Por ora, será apenas uma audiência, mas dependendo de como for essa primeira, podemos marcar outras”, adiantou Glaucus, afirmando também que o projeto já tem o aval do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (Condepa).

O governo do Estado também precisa ser consultado, já que é o responsável, através do Departamento Hidroviário (DH), pela travessia de barcas Santos-Guarujá, cujo embarque de passageiros ocorre em áreas que receberão as obras. “O livre acesso às barcas permanece. A diferença é que as pessoas vão passar pelo Parque Valongo para acessar as barcas”, explica Glaucus.

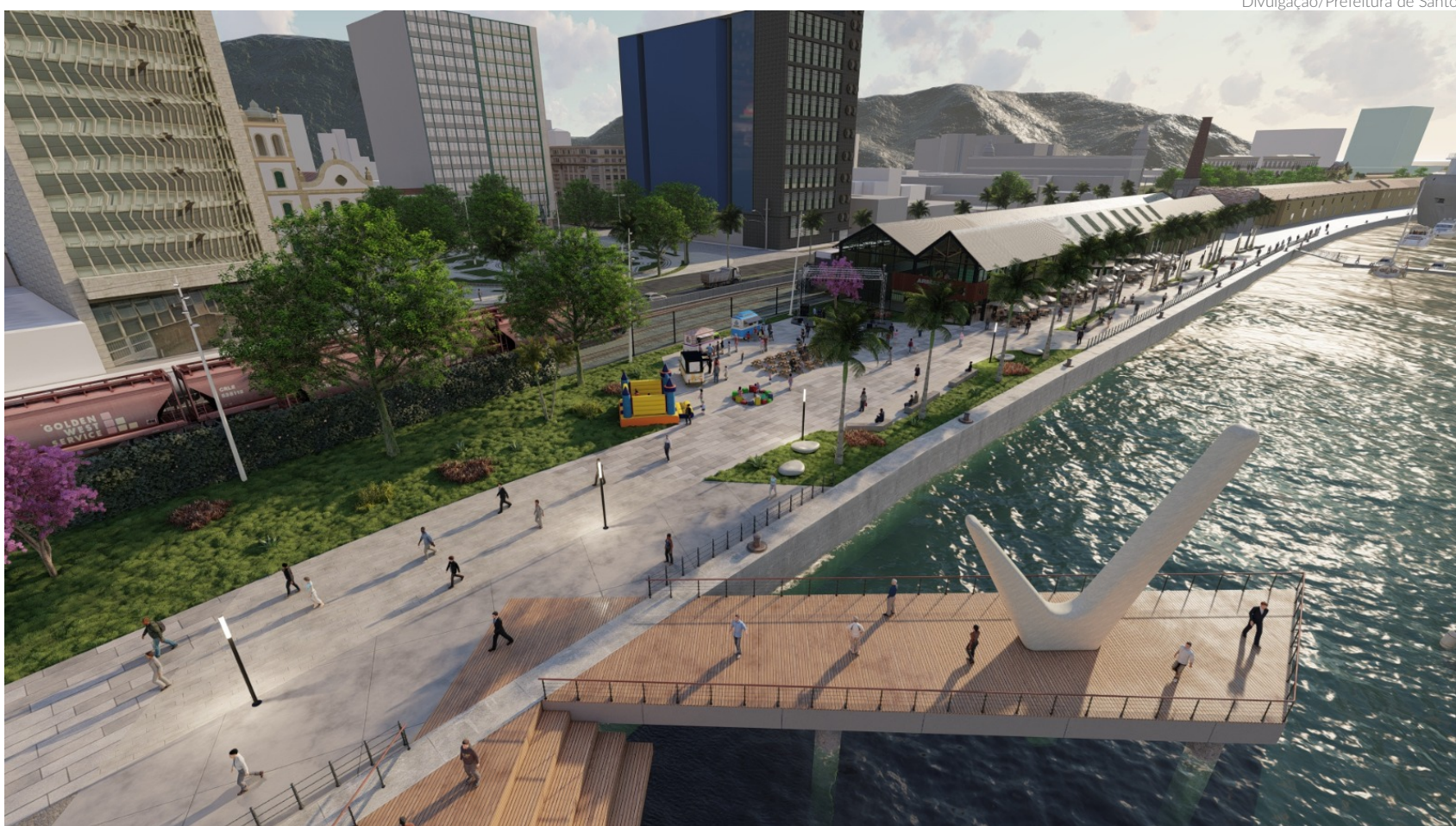
## Roda gigante e marina

A proposta ainda pode receber novas ideias, como a construção de uma marina e até de uma roda gigante, mas, caso isso aconteça, “serão outros recursos que teremos que buscar”, diz Farinello. Já as atividades internas do armazém 4 serão exploradas pela iniciativa privada.

Existe também a possibilidade de uma nova passarela de acesso, semelhante à instalada ao lado da Alfândega, nas imediações do Armazém 4, para facilitar a circulação de pessoas.

A solenidade contou ainda com a presença do presidente da APS, Anderson Pomini; do deputado estadual Caio França; do presidente da Câmara de Santos, vereador Cacá Teixeira; e do deputado federal e presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, Paulo Alexandre Barbosa.

Divulgação/Prefeitura de Santos



Com a cessão dos armazéns, a Administração Municipal tem à disposição 14 mil m<sup>2</sup> para implementar o projeto Parque Valongo

## REGIÃO SUDESTE

# Mudança de local do terminal de passageiros é a próxima meta do governo em Santos

Segundo ministro, a ideia é que o equipamento seja instalado na área dos armazéns sob gestão da APS, ficando ao lado do Parque Valongo

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br



Divulgação/Concais

O Terminal de Passageiros de Santos fica hoje na região do Outeirinhos e seria transferido para a nova área do Valongo

Após anunciar que a obra do túnel imerso ligando as duas margens do Porto de Santos (SP) é a prioridade do Governo Federal e da nova gestão da Autoridade Portuária de Santos (APS), bem como ver a região central da cidade revitalizada pelo projeto do Parque Valongo, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, ressaltou que a próxima meta do Governo Federal para a região é a transferência do Terminal de Passageiros de Santos - hoje na região do Outeirinhos - para a nova área do Valongo.

Ontem (2), durante a solenidade de cessão de armazéns antigos da União para a prefeitura, França disse que a ideia é

que o equipamento, administrado pelo Concais SA, seja instalado na área dos armazéns 1, 2 e 3 (sob gestão da APS), ficando ao lado do Parque Valongo, que começa no galpão 4 e irá se transformar em um espaço de

lazer aberto à população.

França destacou que a transferência do equipamento é mais um desafio que a nova gestão da APS irá enfrentar, mas que pode ser feita "em breve", já que a alteração está no pla-

nejamento da estatal, visando aproximar o turismo marítimo ao Centro da Cidade e contribuindo com os projetos de retomada da região em uma iniciativa da prefeitura.

"Vamos agora buscar a

transferência do terminal para aquela região (Valongo), que é o lugar adequado, com calado adequado e que vai permitir que o turista contemple o centro histórico, que de tão bonito é requisitado até para gravações de novelas", citou o ministro.

De acordo com ele, o projeto deve custar R\$ 1 bilhão. "É uma obra bem maior (em relação ao Parque Valongo). R\$ 500 milhões virão da própria empresa e R\$ 500 milhões do governo Federal, o que viabiliza trazer os navios de cruzeiro para a área central da cidade", disse França.

O ministro também citou que foi informado que 25 prédios de propriedade da Autoridade Portuária de Santos estão abandonados. "Isso não pode acontecer. Nós queremos dar utilidade a eles, transformando em escolas ou ONGs", explicou, sem ainda citar detalhes de como isso será feito.

## REGIÃO NORTE

# Argentina, Colômbia e EUA são principais destinos das motos produzidas em Manaus

Dados são do primeiro trimestre deste ano, registrados pelo Comex Stat

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br



Divulgação

No primeiro trimestre deste ano, a Zona Franca de Manaus exportou 10.276 motocicletas, número 2,9% menor do que o volume registrado no mesmo período em 2022

Os países que mais compraram as motocicletas produzidas pela Zona Franca de Manaus (ZFM) no primeiro trimestre deste ano foram a Argentina, Colômbia e os Estados Unidos. Os dados são do Comex Stat, sistema do Governo Federal que registra os embarques a cada mês.

A Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), identificou que os dois principais parceiros comerciais de Manaus foram os dois países do Mercosul: Argentina (com 33,1% das exportações) e Colômbia (com 25,5% das exportações). Os Estados Unidos representaram 20,5% dos em-

barques no período.

No primeiro trimestre deste ano, a Zona Franca de Manaus exportou ao todo 10.276 motocicletas. O número é 2,9%

menor, se comparado ao primeiro trimestre do ano passado, quando foram exportadas 10.587 unidades.

Apesar da queda no prime-

iro trimestre, o presidente da Abraciclo, Marco Antônio Bento, disse que a estimativa é alcançar 59 mil unidades neste ano, o que representa um au-

mento de 6,6% nas exportações.

Segundo ele, o Brasil exporta para mais de 40 países, o que demonstra que os produtos produzidos pela Zona Franca de Manaus "atendem o mais alto padrão de qualidade".

### Mercado interno

No Brasil, a região Sudeste é a que mais recebeu as motos produzidas pela ZFM nos três primeiros meses do ano, sendo São Paulo e Minas Gerais os estados que lideram os pedidos, aponta a Abraciclo.

Por regiões, o mercado interno se distribui da seguinte forma: Sudeste, com 137.923 unidades e 38,6% do mercado; Nordeste, com 105.667 unidades e 29,6% do mercado; Norte com 45.736 motocicletas e 12,8% do mercado; Centro-Oeste com 34.728 unidades e 9,7% do mercado; e Sul, com 33.155 motocicletas e 9,3% do mercado.

## OPINIÃO

**CELSO PEEL**

desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), vice-presidente da Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo e presidente do Conselho Jurídico do Centro de Estudos Brasil Export

**PEDRO CALMON NETO,**

advogado no escritório Pedro Calmon Filho & Associados  
opiniao@portalbenews.com.br



## ► DIREITO

# Considerações sobre a Convenção nº 185 da Organização Internacional do Trabalho e sua aplicação ao trabalho dos tripulantes estrangeiros



Como é sabido, o Brasil ratificou a Convenção nº 108 em 05/11/1963, denunciando-a em 21/01/2010, quando ratificou a Convenção nº 185, nos termos do seu artigo 13, o qual prevê denúncia imediata, ao ser adotada uma nova convenção que importe em sua revisão total ou parcial.

Ambas as convenções especificam a vinculação apenas aos seus Estados Partes, ou seja, não podem ser exigidas de um navio arvorando a bandeira de um Estado não Parte.

No ano de 2003, em substituição à Convenção OIT nº 108, foram editadas novas regras com mais garantias e, ao mesmo tempo, mais rígidas, para a expedição dos documentos de identidade da “Gente do Mar”, surgindo desta forma a Convenção OIT nº 185.

O Brasil, em 21/01/2010, atento às novas normas protetivas, denunciou a Convenção OIT 108 da qual era signatário, ao ratificar a Convenção OIT 185.

Nos termos do artigo 1, item 1, da Convenção OIT nº 185, “o termo marítimo e a locução gente do mar designam toda e qualquer pessoa empregada, contratada ou que trabalhe em qualquer função a bordo de uma embarcação, que não seja de guerra e que esteja dedicada habitualmente à navegação marítima”.

Atendidos os requisitos específicos da convenção, a expedição do Documento de Identidade da Gente do Mar, também conhecido como SID ou Seaman’s Book, é garantida a todos os nacionais daquele país em que a convenção esteja em vigor.

Em termos práticos, a convenção serve para que o tripulante estrangeiro de embarcação marítima de curso internacional possa desembarcar no território nacional, ou “descer à terra”, durante a permanência da embarcação no porto apresentando a sua SID ou Seaman’s Book [1], ou seja, sem a necessidade de portar visto.

Em que pese a ratificação, pelo Brasil, da Convenção OIT

nº 185, no ano de 2010, e a Polícia Federal ter começado a exigí-la a partir do ano de 2011, apenas em 05/11/2019 é que a Convenção foi promulgada pelo Brasil, através do Decreto nº 10.088/2019.

Ocorre que, pouco tempo depois, surgiu a crise sanitária ocasionada pela pandemia de Covid-19 e muitos países se viram impedidos de expedir a SID com base na Convenção OIT nº 185, razão pela qual as autoridades migratórias, em caráter temporário, flexibilizaram o ingresso de tripulantes portadores da SID, ainda emitidas com base na Convenção OIT nº 108. No caso do Brasil, a flexibilização ocorreu através de portarias e MOC’s (Mensagens Oficiais Circulares), sendo que a última MOC expedida possui validade somente até 30/04/2023.

Antes mesmo do fim desse prazo, a Coordenadoria Geral de Imigração da Polícia Federal em Brasília havia antecipado que não haveria mais prorrogação da flexibilização e que, a partir de 01/05/2023, passaria a exigir a SID de acordo com os termos da Convenção OIT nº 185.

Desta forma, temos que, a princípio, salvo apresentação de visto próprio, somente marítimos portando a SID emitida por países que ratificaram a Convenção OIT nº 185 e nos moldes da convenção, conseguirão ingressar em território brasileiro, de forma regular.

## DA ENTRADA DO MARÍTIMO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO POR MEIO DE VISTO DE TRABALHO:

A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), em síntese, dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, regulando a sua entrada e estada no território nacional. No seu art. 5º, que trata sobre a situação documental do migrante e do visitante, considera que são documentos de viagem, dentre outros, o passaporte e a carteira de identidade de marítimo, a SID.

O visto, por sua vez, dá ao seu titular a expectativa de ingresso em território nacional e pode ser concedido em caráter



ATENDIDOS OS REQUISITOS ESPECÍFICOS DA CONVENÇÃO, A EXPEDIÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DA GENTE DO MAR, TAMBÉM CONHECIDO COMO SID OU SEAMAN'S BOOK, É GARANTIDA A TODOS OS NACIONAIS DAQUELE PAÍS EM QUE A CONVENÇÃO ESTEJA EM VIGOR. EM TERMOS PRÁTICOS, A CONVENÇÃO SERVE PARA QUE O TRIPULANTE ESTRANGEIRO DE EMBARCAÇÃO MARÍTIMA DE CURSO INTERNACIONAL POSSA DESEMBARCAR NO TERRITÓRIO NACIONAL, OU "DESCER À TERRA", DURANTE A PERMANÊNCIA DA EMBARCAÇÃO NO PORTO APRESENTANDO A SUA SID OU SEAMAN'S BOOK, OU SEJA, SEM A NECESSIDADE DE PORTAR VISTO.

temporário para finalidade de trabalho (art. 14, I, "e" da Lei 13.445/2017). Ainda na referida Lei, é estabelecido que não se exigirá do marítimo o visto temporário de trabalho quando ingressar no Brasil em viagem de longo curso e apresentada a SID (art. 14, § 7º da Lei 13.445/2017).

Quanto às viagens de longo curso, os preceitos da Convenção OIT nº 185 serão aplicados, mas para as viagens de cabotagem, aplica-se a Resolução Normativa CNIG nº 6 de 2017 – RN06.

A RN06 disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira e, nos termos do art. 3º, trata sobre o pedido de autorização de residência para fins de concessão do visto temporário, com prazo de duração de até 02 (dois) anos, que pode ser renovado.

Para essa hipótese de ingresso do marítimo no território nacional, sabe-se que a RN06 estabelece uma regra de proporcionalidade entre brasileiros e estrangeiros, visando proteger interesses de trabalhadores brasileiros quando a embarcação permanece em AJB por prazo superior a 90 dias contínuos.

Assim sendo, para marítimos que ingressem no País, por meio de visto de trabalho emitido conforme a RN06, não é exigida a apresentação da SID para permanência ou trabalho a bordo dos navios admitidos temporariamente em AJB.

Neste sentido, para os marítimos que laboram em águas jurisdicionais brasileiras, com visto de trabalho, emitidos sob a égide da RN06, nada será alterado com a entrada em vigor da Convenção OIT nº 185.

**DA ENTRADA DO MARÍTIMO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO POR MEIO DE APRESENTAÇÃO DE SID:**

Não obstante o tópico acima, é permitido o ingresso de marítimos com a SID, desde que o(s) país(es) que tenha(m) emitido a(s) SID(s) tenham ratificado e emitam os referidos documentos com base nos preceitos da Convenção OIT nº 185.

Os seguintes países ratificaram [2] a Convenção OIT 185: Albânia, Antígua e Barbuda, Azerbaijão, Bahamas, Bangladesh, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Cazaquistão, Congo, Croácia, Espanha, França, Filipinas, Geórgia, Hungria, Ilhas Marshall, Índia, Indonésia, Iraque, Jordânia, Quênia, Kiribati, Luxemburgo, Madagascar, Maldivas, Montenegro, Myanmar, Nigéria, Paquistão, República da Coreia, República da Moldávia, Rússia, Sri Lanka, Tunísia, Turcomenistão, Tanzânia, Vanuatu e Yemen.

Caso o marítimo não possua a SID de um dos países acima listados, só poderá ingressar em território nacional se possuir

o visto necessário para tal. Para que possamos comparar, os países (52 no total) a seguir são signatários da Convenção OIT no. 108 e não ratificaram, ainda, a Convenção OIT nº 185, de forma que os marítimos que possuam SID destes países, não poderão utilizá-la para o ingresso no Brasil, são eles: Argélia, Angola, Barbados, Bielorrússia, Belize, Bulgária, Camarões, Canadá, Cuba, República Tcheca, Dinamarca, Djibouti, Dominica, Estônia, Fiji, Finlândia, Gana, Grécia, Granada, Guatemala, Guiné-Bissau, Guiana, Honduras, Islândia, Irã, Irlanda, Itália, Quirguistão, Letônia, Libéria, Lituânia, Malta, Ilhas Maurício, México, Marrocos, Noruega, Panamá, Polônia, Portugal, Romênia, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Seychelles, Eslovênia, Ilhas Salomão, Suécia, Tadjiquistão, Türkiye, Ucrânia, Uruguai, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Destacamos, a título de exemplo, que dos 10 (dez) maiores países de registro de bandeira, sendo eles, Panamá, Ilhas Marshall, Libéria, Bahamas, Hong Kong, Malta, Singapura, China, Itália e Grécia [3], temos que Panamá, Libéria, Malta, Itália e Grécia não ratificaram a Convenção OIT nº 185, mas ratificaram a Convenção OIT nº 108, e Hong Kong, Singapura e China não ratificaram nenhuma das duas convenções.

Para os marítimos que possuam SID dos países listados, bem como em relação a demais tripulantes de países que não tenham ratificado a Convenção OIT 185, é necessário solicitar a emissão de visto.

Importante destacar que diversos países de Bandeira expedem o Seaman's Book para marítimos, independentemente de sua nacionalidade, e, tal SID, ele poderá ser utilizado para o ingresso em território nacional, se o país tiver ratificado a Convenção OIT nº 185.

Por último, importante mencionar que os navios de bandeira estrangeira que operem em águas jurisdicionais brasileiras, de forma temporária, regularmente inscritos na Autoridade Marítima (logo, possuidores do Atestado de Inscrição Temporária de Embarcação Estrangeira), com a entrada em vigor da Convenção OIT nº 185, não sofrerão qualquer impacto, visto que tais tripulantes possuem autorização para o trabalho com o respectivo visto temporário.

[1] SID – Seafarers' Identity Document ou Seaman's Book – Carteira de "Marítimo", no Brasil o documento do aquaviário, expedido pela Autoridade Marítima e denominada CIR – Caderneta de Inscrição e Registro.

[2] Informação atualizada em 21/04/2023 – site: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO::P11300\\_INSTRUMENT\\_ID:312330](https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO::P11300_INSTRUMENT_ID:312330)

[3] Fonte: Review of Maritime Transport 2022 – www.unctad.org